



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS PRIMEIROS
SARGENTOS DO QPPM, PARA O ANO DE 2010, PROVA II.**

EAP/ 2010 – 1º SGT QPPM – PROVA II

(Edital DRH/CRS nº 07/2010, de 30 de junho de 2010)

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

1ª QUESTÃO – De acordo com o Código Penal Militar, assinale a alternativa CORRETA: o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado do crime se produza responderá:

- A. () Não responderá nem pelos atos já praticados.
- B. () Responderá somente pelos atos já praticados e aqueles que cogitou a praticar.
- C. () Somente pelos atos já praticados.
- D. () Responderá somente pelos atos que cogitou a praticar.

2ª QUESTÃO – Sobre a Lei Penal Militar assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Excepcionalmente, admite-se a punição por fato que lei posterior deixa de considerar como crime.
- B. () Não poderá haver crime sem lei anterior que o defina.
- C. () Não haverá a retroatividade da lei, mesmo que a lei posterior seja mais favorável ao agente.
- D. () Poderá ser aplicada pena, sem a prévia cominação legal.

3ª QUESTÃO – De acordo com o Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA sobre as causas extintivas de punibilidade:

- A. () Extingue-se a punibilidade pela anistia, graça ou indulto.
- B. () Extingue-se a punibilidade pela reversão.
- C. () Extingue-se a punibilidade por ter o agente sido acometido de doença grave.
- D. () Extingue-se a punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.

4ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA acerca do termo inicial da prescrição da ação penal:

- A. () Nos crimes de falsidade, da data em que o fato foi praticado mesmo que não tenha se tornado conhecido.
- B. () Nos crimes permanentes, não há prescrição da ação penal.
- C. () Do dia em que o crime se consumou.
- D. () No caso de tentativa, do dia em que iniciou a atividade criminosa.

5ª QUESTÃO – Segundo o Código Penal Militar, aponte a afirmativa que está CORRETA sobre a compreensão do termo "casa":

- A. () Qualquer compartimento.
- B. () Taverna, boate, casa de jogo e outras do mesmo gênero.
- C. () Compartimento aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
- D. () Aposento ocupado de habitação coletiva.

6ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Receber para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, configura qual crime?

- A. () Concussão.
- B. () Corrupção ativa.
- C. () Peculato.
- D. () Corrupção passiva.

7ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O policial militar que deixa de inserir no boletim de ocorrência informação relevante, suficiente para gerar responsabilização criminal de um civil amigo seu, para simplesmente satisfazer sentimento pessoal, em tese, comete o crime de:

- A. () Prevaricação.
- B. () Supressão de documento.
- C. () Violação do dever funcional com o fim de lucro.
- D. () Condescendência criminosa.

8ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA sobre as qualificadoras do crime de homicídio, previsto no Código Penal Militar:

- A. () Quando o militar pratica o crime na modalidade culposa.
- B. () Quando o militar pratica o crime, prevalecendo este da situação de serviço.
- C. () Quando o militar confessa a prática do crime.
- D. () Quando o militar pratica o crime no exercício regular de direito.

9ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA que indica os crimes contra a honra:

- A. () Estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores.
- B. () Ameaça, constrangimento ilegal, ato obsceno.
- C. () Calúnia, injúria e difamação.
- D. () Abandono de posto, embriaguez em serviço, dormir em serviço.

10ª QUESTÃO – De acordo com o Código de Processo Penal Militar assinale a alternativa CORRETA sobre as atribuições do encarregado do Inquérito Policial Militar:

- A. () Terminar o inquérito no prazo de 20 vinte dias se o indiciado estiver solto.
- B. () Arquivar o inquérito quando concluir pela total inexistência de crime.
- C. () Divulgar por meio da imprensa o teor dos depoimentos colhidos para que deles tomem conhecimento o advogado do indiciado e a população em observância ao direito de informação.
- D. () Determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias.

11ª QUESTÃO – Marque a alternativa correta. A Ação Penal Militar é:

- A. () Pública.
- B. () Personalíssima.
- C. () Privada.
- D. () Privada condicionada.

12ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A Ação Penal Militar somente poderá ser exercida pelo:

- A. () Governador do Estado.
- B. () Ministério Público Militar.
- C. () Comandante-Geral da Polícia Militar.
- D. () Presidente do Tribunal de Justiça Militar.

13ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Caso a Autoridade Militar discordar da solução dada pelo encarregado do inquérito poderá:

- A. () Homologar, por força de lei, a solução dada pelo encarregado.
- B. () Avocar a solução dada e dar outra diferente.
- C. () Arquivar o inquérito sem solucioná-lo.
- D. () Remetê-lo à justiça mesmo discordando da solução dada pelo encarregado.

14ª QUESTÃO – De acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, tendo em vista que esta já proferiu solução do mesmo.
- B. () Arquivado o inquérito, em hipótese alguma, pode ser instaurado outro mesmo se novas provas surgirem em relação ao fato.
- C. () O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado.
- D. () O inquérito é sigiloso, não podendo tomar conhecimento do mesmo nem o advogado do indiciado.

15ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Compete a polícia judiciária militar:

- A. () Remeter para polícia civil às informações que julgar úteis à elucidação das infrações penais militares.
- B. () Apurar crimes que não estão sujeitos à jurisdição militar.
- C. () Remeter para polícia civil objetivando o cumprimento de mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
- D. () Requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

16ª QUESTÃO – Sobre o crime de tortura é CORRETO afirmar que:

- A. () Aumenta-se a pena se o crime é cometido mediante extorsão.
- B. () A pena não é aumentada se o crime é cometido por agente público.
- C. () Aumenta-se a pena se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos.
- D. () Aumenta-se a pena se o crime é cometido em razão de discriminação social ou religiosa.

17ª QUESTÃO – Sobre o crime de tortura assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Aquele que se omite em fase de um crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-lo ou apurá-lo, incorre na pena de detenção.
- B. () O crime de tortura não admite a punição, em se tratando de omissão de quem tinha o dever de evitá-lo ou apurá-lo.
- C. () A pena de detenção não tem aplicabilidade nos crimes de tortura.
- D. () Não comete o crime de tortura, o agente público que para obter informação de crime de difícil elucidação submete os suspeitos, sob sua guarda, a intenso sofrimento físico.

18ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA sobre a lei nº 4898/65, que define os crimes de abuso de autoridade:

- A. () Considera-se autoridade, para os efeitos da lei nº 4898 de 1965, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- B. () Em hipótese alguma, a autoridade que incorre na prática do crime de abuso de autoridade não perderá o cargo, tendo em vista a falta de previsão legal para aplicação desta medida.
- C. () O autor do abuso de autoridade não se sujeitará a sanção administrativa.
- D. () Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar não poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, do acusado não poder exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa.

19ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Constitui crime de abuso de autoridade previsto na lei 4898/65:

- A. () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para promover ação ou omissão de natureza criminosa.
- B. () Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- C. () Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

- D. () Submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

20ª QUESTÃO – De acordo com a lei nº 4898/65 é CORRETO afirmar que:

- A. () Nem o militar da ativa ou o civil que exerça cargo, emprego ou função pública é considerado autoridade para fins de aplicação da referida lei.
B. () Somente o civil que exerça função ou cargo público permanente e com remuneração é considerado autoridade.
C. () O militar da ativa é considerado como autoridade para os efeitos de aplicação da citada lei.
D. () O militar ou o civil ainda que não exerçam cargo, emprego ou função pública são considerados autoridade para os efeitos da referida lei.

21ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas podemos afirmar que:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- A. () Reclusão de cinco a quinze anos.
B. () Não será aplicado nenhuma pena, por ser a droga para consumo pessoal.
C. () Detenção de seis meses a um ano.
D. () Advertência sobre os efeitos das drogas.

22ª QUESTÃO – Sobre a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 é CORRETO afirmar que:

- A. () O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, não terá qualquer redução de pena.
B. () É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
C. () À natureza e à quantidade da substância apreendida, o local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e os antecedentes do agente, são circunstâncias irrelevantes para que o juiz determine se a droga destinava-se a consumo pessoal.

- D. () As plantações ilícitas não poderão, em hipótese alguma, serem imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, tendo em vista a necessidade de realização de exame pericial com a delimitação do local, bem como da necessidade do recolhimento de todo material para a preservação da prova.

23ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA sobre os dispositivos insertos na Lei 11.259 de 30Dez05 que acrescenta dispositivo à Lei 8069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A. () A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após a notificação aos órgãos competentes.
 B. () A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes não terá qualquer prioridade, tendo em vista que todos são iguais perante a lei.
 C. () A investigação do desaparecimento de criança, não será iniciado sem antes transcorrer o prazo de 72 horas.
 D. () Os órgãos responsáveis pela investigação do desaparecimento de criança e adolescente não fornecerão, em hipótese alguma, os dados necessários à identificação do desaparecido, por tratar-se de menor.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. *BIS IN IDEM* é o instituto jurídico que veda a dupla punição na mesma esfera (penal, civil ou administrativa) pelo mesmo ato ilícito, o qual se desdobra em infrações penais e em administrativas. Nos termos do CEDM, configura *BIS IN IDEM* a cumulação da sanção disciplinar com a seguinte medida administrativa:

- A. () Destituição de cargo, função ou comissão.
 B. () Cancelamento de matrícula e desligamento de curso, estágio ou exame.
 C. () Mais de uma punição disciplinar por faltas cometidas simultaneamente ou de forma continuada, em razão de um mesmo motivo ensejador.
 D. () Movimentação de unidade ou fração.

25ª QUESTÃO – Quanto ao Relatório de Investigação Preliminar (RIP), previsto na Instrução número 02 da Corregedoria da PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Em situações em que restar demonstrada a necessidade de dilação do prazo, a autoridade instauradora ou aquela competente para solucionar o RIP, poderá autorizar a sua prorrogação por mais 15 (dez) dias, com registro no sistema de controle da PMMG.
 B. () O RIP deverá ser concluído em até 30 (quinze) dias.
 C. () Excepcionalmente, dependendo da urgência e conveniência administrativa, a autoridade competente poderá estipular prazo inferior ao estipulado na Instrução, desde que seja igual ou superior a 05 (cinco) dias.
 D. () O RIP não tem caráter inquisitorial, sendo suas diligências, em regra, acompanhadas pelo militar investigado.

26ª QUESTÃO – Quanto à Sindicância Regular, prevista na Instrução número 01 da Corregedoria da PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Se, depois de iniciada a Sindicância Regular, o sindicante identificar autoria e materialidade de crime militar devidamente definidos, deverá dar continuidade aos trabalhos e, ao encerrar a Sindicância, encaminhá-la à autoridade delegante.
- B. () A Sindicância Regular nunca será novamente renumerada, nem mesmo em caso de se transformar em processo ou procedimento diverso.
- C. () O subcomandante da Unidade é sempre autoridade delegante de Sindicância Regular, mesmo não estando legalmente habilitado com publicação em BI ou BGPM.
- D. () A Sindicância Regular é processo administrativo regular e deve ser numerada cronologicamente, desde a sua Instauração até o Ofício de remessa do sindicante à autoridade delegante.

27ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Constituem todas as recompensas na Polícia Militar, por ordem decrescente de importância:

- A. () Elogio, comendas concedidas pela Instituição, nota meritória, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- B. () Menção elogiosa verbal, menção elogiosa escrita, cancelamento de punições, dispensa do serviço, nota meritória, comendas concedidas pela Instituição, elogio.
- C. () Elogio, nota meritória e menção elogiosa.
- D. () Elogio, nota meritória e dispensa de serviços.

28ª QUESTÃO – Quanto ao Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CDMU, é CORRETO afirmar que:

- A. () O Chefe da SRH é a autoridade competente para designar formalmente os membros do CEDMU para funcionar no âmbito da sua Unidade.
- B. () Nenhum militar poderá compor mais de um conselho simultaneamente.
- C. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo, no conceito “B”, sem pontuação negativa.
- D. () O membro mais antigo do CEDMU é o responsável pelo recebimento da documentação que for encaminhada pela Secretaria, bem como pela manutenção do seu controle.

29ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Para efeito de promoção, são fatores de aferição do mérito das praças:

- A. () Apenas a avaliação de desempenho, a disciplina e o tempo de serviço.
- B. () Apenas as recompensas recebidas, o conceito disciplinar e as punições sofridas na graduação.

- C. () Apenas as recompensas recebidas e as punições sofridas em todo o tempo de serviço.
- D. () Apenas a avaliação de desempenho, a formação acadêmica, a disciplina, o tempo de serviço e o conceito da CPP.

30ª QUESTÃO – Sobre a Comissão de Promoções de Praças – CPP, é CORRETO afirmar que:

- A. () A CPP só poderá deliberar, quando presente a maioria absoluta de seus membros.
- B. () As decisões da CPP serão tomadas pela unanimidade e totalidade de votos.
- C. () O Presidente não terá direito ao voto de qualidade.
- D. () Os trabalhos da CPP são de caráter público.

31ª QUESTÃO – São considerados como fatores de avaliação da Avaliação de Desempenho Individual - ADI:

- A. () A Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade – AADP; a formação acadêmica; a disciplina e o tempo de serviço.
- B. () A Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade - AADP; o conceito disciplinar e o treinamento profissional básico.
- C. () O Treinamento Extensivo (TE), o Treinamento Intensivo (TI) e o conceito disciplinar.
- D. () Apenas a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade – AADP.

32ª QUESTÃO – Em relação aos Quadros de Oficiais Complementares da Polícia Militar (QOC-PM) e de Oficiais Especialistas da Polícia Militar (QOEPM) é CORRETO afirmar que:

- A. () Poderão concorrer ao CHO os Subtenentes, os primeiros sargentos e os segundos sargentos que tenham, no mínimo, vinte anos e, no máximo, vinte e quatro anos de efetivo serviço na instituição militar estadual até a data da matrícula.
- B. () Os militares aprovados no CHO ingressarão no posto de 2º-Tenente e poderão ser promovidos, na ativa, até o posto de Major.
- C. () Os Quadros serão preenchidos por militares mediante aprovação no Curso de Habilitação de Oficiais - CHO.
- D. () O aluno do CHO reprovado, desligado ou com impedimento à promoção retornará ao grau hierárquico de Subtenente.

33ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. É direito do policial-militar:

- A. () Julgamento em foro especial, nos delitos civis e militares.
- B. () Porte de arma, nos termos da legislação específica.
- C. () Gozar, por ano, trinta dias úteis de férias.
- D. () Prorrogação por noventa dias da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição da República, concedida à militar.

34ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O seqüestro relâmpago, desde finais do último século, constitui-se num fato social cada vez mais freqüente. É característica de descrição do “modus operandi” dos infratores deste tipo de crime:

- A. () Abandono da vítima e/ou veículo em local que não proporcione a fuga do(s) agente(s).
- B. () Abordagem da vítima sempre motorizada.
- C. () Não retenção da vítima para garantir continuidade da ação.
- D. () Saque na conta bancária da vítima e/ou cartão de crédito.

35ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais – CEDM – tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como regulamentar o Processo Administrativo-Disciplinar e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade. Este Código aplica-se somente:

- A. () Aos militares da ativa.
- B. () Aos militares da ativa e aos Coronéis Juízes do Tribunal de Justiça Militar Estadual.
- C. () Aos militares da ativa e aos militares da reserva não-remunerada.
- D. () Aos militares da ativa e aos militares da reserva remunerada, nos casos expressamente mencionados no Código.

36ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o previsto no Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais – CEDM, é considerada transgressões disciplinares de natureza média:

- A. () Concorrer para o desprestígio da respectiva IME, por meio da prática de crime doloso devidamente comprovado em procedimento apuratório, que, por sua natureza, amplitude e repercussão, afete gravemente a credibilidade e a imagem dos militares.
- B. () Praticar ato atentatório à dignidade da pessoa ou que ofenda os princípios da cidadania e dos direitos humanos, devidamente comprovado em procedimento apuratório.
- C. () Demonstrar desídia no desempenho das funções, caracterizada por fato que revele desempenho insuficiente, desconhecimento da missão, afastamento injustificado do local ou procedimento contrário às normas legais, regulamentares e a documentos normativos, administrativos ou operacionais.
- D. () Faltar, publicamente, com o decoro pessoal, dando causa a grave escândalo que comprometa a honra pessoal e o decoro da classe.

37ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter preventivo e educativo. Conforme a natureza, a gradação e as circunstâncias da transgressão, podem ser aplicáveis as seguintes sanções disciplinares:

- A. () Advertência, repreensão, prestação de serviços, prisão, reforma disciplinar compulsória, demissão, perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva.
- B. () Advertência, repreensão, prestação de serviços, suspensão, reforma disciplinar compulsória, demissão, perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva.
- C. () Advertência, repreensão, prestação de serviços, detenção, reforma disciplinar compulsória, demissão, perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva.
- D. () Somente repreensão, prestação de serviços e suspensão.

38ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Será submetido a Processo Administrativo-Disciplinar – PAD - o militar que:

- A. () Com no mínimo três anos de efetivo serviço vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”.
- B. () Com no mínimo dez anos de efetivo serviço vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”.
- C. () Com no mínimo dez anos de efetivo serviço vier a praticar ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe, independentemente do conceito em que estiver classificado.
- D. () Com no mínimo três anos de efetivo serviço vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “A”.

39ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Conforme preconiza o Manual de Prática Policial, são estados de alerta:

- A. () Relaxado, atenção, alerta, alarme e pânico.
- B. () Descontraído, atenção, alerta e pânico.
- C. () Segurança, tático e risco.
- D. () Branco, amarelo, vermelho e preto.

40ª QUESTÃO – Conforme preconiza o Manual de Prática Policial, são princípios essenciais para o uso da força:

- A. () Legalidade, impessoalidade, moralidade e ética.
- B. () Razoabilidade, publicidade, moralidade e legalidade.
- C. () Legalidade, necessidade, proporcionalidade e conveniência.
- D. () Presença, verbalização, controle físico e força letal.

----- corte aqui-----

RASCUNHO – GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40